

A pesca artesanal de Cabo Verde no horizonte da contemporaneidade: apostas para um futuro comum em meio à exploração industrial do pescado no Atlântico Sul¹

João Paulo Araújo Silva (UFMG-Brasil / Uni-Santiago/Cabo Verde)²
Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA/Brasil / Uni-CV/Cabo Verde)³

Palavras-chave: pesca artesanal; conflitos ambientais; Cabo Verde

Uma das questões centrais que atravessam nossos esforços de pesquisa é a busca por compreender quais as razões de ordem social, política e econômica que levam um país arquipelágico africano como Cabo Verde⁴ a se deslocar de suas raízes tão profundamente ligadas ao mundo rural e à pesca artesanal (ANJOS, SANT'ANA JUNIOR, BRUSTOLIN, 2016), em direção a um projeto estatal de desenvolvimento que subjuga parcelas importantes de sua população (FRAZÃO PEREIRA, 2021; SILVA, 2018), acentuando, assim, seu status histórico de minoria.

We may define a minority as a group of people who, because of their physical or cultural characteristics, are singled out from the others in the society in which they live for differential and unequal treatment, and who therefore regard themselves as objects of collective discrimination. The existence of a minority in a society implies the existence of a

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Doutorando do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contemplado com bolsa da CAPES no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, edital PDSE 2023/2024, que o vincula à Universidade Santiago(Uni-Santiago) em Cabo Verde.

³ Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Realiza estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

⁴ Cabo Verde é um arquipélago atlântico, acerca de 600 quilômetros da costa do Senegal, com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes. É composto por dez ilhas, todas de origem vulcânica, divididas, de acordo com a natureza dos ventos alísios dominantes, em dois grupos, a saber: Ilhas de Barlavento: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boavista; e Ilhas de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava. Encontradas inabilitadas por navegadores genoveses a serviço de Portugal em 1460, as ilhas se tornaram um grande entreposto de escravizados, dando muito lucro para a metrópole no período inicial de sua ocupação, até que no início do século XVII a coroa desobriga as escalas do tráfico negreiro nas ilhas e a sociedade escravagista entre em franca decadência. Com a fuga dos europeus, Cabo Verde vai ser palco do surgimento da primeira elite crioula do mundo atlântico e daí até sua independência em 1975, o território das ilhas passa a ser ocupado a partir de estratégias camponesas articuladas com a exploração artesanal dos espaços marítimos (cf. História concisa de Cabo Verde, sob a coordenação de SANTOS, 2007; SILVA, 2018).

corresponding dominant group enjoying higher social status and greater privileges. Minority status carries with it the exclusion from full participation in the life of the society (WIRTH, 1945, p.347).

Estamos tentando responder a essa questão por meio de diferentes estratégias de pesquisa, mas, fundamentalmente, estamos tentando responder por meio da análise da trajetória histórica das comunidades de pesca artesanal do arquipélago, articulando este movimento à observação etnográfica de sua posição social no presente, notadamente sua relação com as instituições públicas do país que conduzem aquilo que identificamos de “gestão estatal das pescas” (SILVA, 2018).⁵

Por razões de ordem prática, temos nos debruçado etnograficamente sobre a pesca artesanal com o intuito de melhor compreender os modos, as práticas e os saberes que a caracteriza; porém, vamos além de uma Antropologia que se quer hermética (GRAEBER, 2019), para conseguir enfrentar o desafio de compreender como se configuram as relações sócio-políticas que atravessam este universo e que se entrelaçam na atividade para a conformação do contexto etnográfico em estudo.

Acreditamos ser justamente este o caminho para uma antropologia das faces ocultas da modernidade (MIGNOLO, 2005) e para uma antropologia dos conflitos socioambientais (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010), pois do nosso ponto de vista, trata-se da forma mais adequada de estar junto a comunidades de ofício que atravessam um tempo de catástrofes.

Assim, esses conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p.15)

Nosso compromisso com este tipo de abordagem passa, portanto, pelo senso de responsabilidade de não produzir um efeito etnográfico que esvazie e despolitize ainda mais a condição de isolamento da comunidade artesanal pesqueira em guetos de sub

⁵ Como “gestão estatal das pescas” compreendo todos os agentes governamentais implicados ou envolvidos diretamente nas atividades que têm o universo pesqueiro como mote de suas ações. Dentro deste universo, encontramos desde os mais altos postos do estado, como ministros e consultores estrangeiros, até o arcabouço de polícia marítima cujo papel deveria ser fiscalizar as áreas de pesca para evitar práticas predatórias de exploração dos mares das ilhas.

representação no cômputo das políticas de governança de caráter neocolonial (FRAZÃO PEREIRA, 2021; SILVA, 2018).

Desde que iniciamos a aproximação das comunidades de pesca artesanal de Cabo Verde, algumas questões insistem em nos provocar: Por que práticas políticas que se querem tão modernas, quando vistas de perto se mostram tão arcaicas em seus efeitos? Por que as comunidades artesanais de pesca que historicamente são interpretadas como primitivas e praticando pesca de subsistência nos parecem tão promissoras nos termos de sua organização social, já que suas práticas garantem sustentabilidade, alto rendimento econômico e elevadas taxas de penetração nos estratos socialmente vulneráveis das ilhas?

Os autores do presente texto têm suas respectivas aproximações com Cabo Verde no ano de 2015, embora sem, naquele momento, terem qualquer conhecimento um do outro, mas que seguiram caminhos com muitas afinidades sobre comunidades de pescadores, e cujo campo presencial em comum em Cabo Verde se deu efetivamente a partir do ano de 2023.

Trazendo aqui um pouco dos nossos percursos e como se encontram, vale destacar que no primeiro semestre de 2015, ainda como estudante de graduação em Antropologia, João Paulo Silva foi selecionado em um programa CAPES/AULP coordenado pela Faculdade de Educação da UFMG, para participar de intercâmbio junto à UNI-CV (Universidade Cabo Verde),⁶

Ocasão em que se aproximou da comunidade de pesca artesanal, grupo com o qual realizou pesquisa de mestrado, buscando compreender os efeitos de um cenário de escassez estrutural do peixe na organização social dos pescadores artesanais de Porto Inglês, ilha do Maio (SILVA, 2018). Fruto desse trabalho, a dissertação foi publicada (SILVA, 2018), e, além da publicação realizou um filme sobre a pesca artesanal na ilha do Maio. Na sequência, ingressou no doutorado para dar prosseguimento ao trabalho.⁷ A aproximação de Madian de Jesus Frazão Pereira se dá pelo trabalho vinculado ao Projeto

⁶ João Paulo Silva esteve pela primeira vez em Cabo Verde no projeto de Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP: “Ensinar qual Língua, Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde”, coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, História, Letras e Artes: Diversidade Sociocultural, Relações Étnico-raciais em Países de Língua Portuguesa – NEPEHLA/CNPq. A Universidade de Cabo Verde se encontra localizada na capital do país, na cidade da Praia, ilha de Santiago, onde morou por 5 meses ao longo do primeiro semestre de 2015.

⁷ O documentário “MAIO” recebeu, em 2022, menção honrosa no âmbito do Prêmio Pierre Verger de filmes etnográficos, o maior festival do gênero da América Latina que ocorre no âmbito das reuniões bienais da Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=xQv6MIEg4_I&t=271s&ab_channel=PrimataFilmes, acessado em 09 de julho de 2024.

de Cooperação Internacional, intitulado “Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil”⁸. E ao se integrar ao referido projeto, na perspectiva de perceber a tônica dos conflitos ambientais, como campo comparativo entre os dois países do sul global, foi o universo marítimo, e marcadamente relacionado ao oceano Atlântico, com a demanda de pescadores artesanais, durante a primeira missão de pesquisa em fevereiro de 2015 em Cabo Verde, mais especificamente numa reunião da Associação de Pescadores e Peixeiras da Cidade Velha, na Ilha de Santiago, que mais a chamou a atenção com relação a uma série de denúncias realizadas pelos pescadores artesanais acerca da presença de embarcações estrangeiras de grande porte que estariam atuando muito próximas à costa cabo-verdiana, cuja pesca industrial, fruto de acordos internacionais, estava afetando consideravelmente na diminuição do peixe e gerando tensões de diversas ordens. O retorno a Cabo Verde da pesquisadora se deu outras vezes, sobretudo, associado à temática dos conflitos ambientais e do papel da organização dos pescadores frente às nuances dos acordos de pesca. Atualmente, encontra-se com projeto de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (PPGCS/Uni-CV), intitulado “Redes Atlânticas no Sul Global: a pesca artesanal frente a desafios transnacionais em Cabo Verde e Brasil” (2023-2024).

A partir dessas trajetórias que se cruzaram, depois de nos encontrarmos em campo em duas ocasiões entre os anos de 2023 e 2024, entendemos que estávamos em um bom momento para realizarmos uma espécie de balanço sobre nossas reflexões junto aos pescadores do arquipélago, mas também da nossa interlocução em relação ao tema que passamos a compartilhar.

Silva (2018) busca demonstrar na dissertação de mestrado como um grupo historicamente subalternizado não tem encontrado amparo institucional para a salvaguarda de sua efetiva participação na gestão estatal das pescas, em função da agenda do Estado cabo-verdiano para a área encontrar-se saturada com diretrizes comprometidas com um duro processo de comoditização dos mares do arquipélago, com o aporte do paradigma de neoextrativismo, como tem trabalhado Frazão Pereira (2021), a partir de Milanez e Santos (2013), no que tange à extração industrial dos recursos pesqueiros .

⁸ Projeto sob a coordenação geral de Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (Depto de Sociologia e Antropologia/DESOC-UFMA e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCSoc-UFMA), financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através de Edital nº 044/2013 de Apoio a Cooperações Internacionais – APCINTER, com vigência de 2014 a 2016.

Em Porto Inglês, na ilha do Maio, encontramos uma comunidade pesqueira em estado permanente de conflito que ora se dá no mar, na disputa pelo pescado com a frota industrial nacional e estrangeira, e que ora se desdobra em terra, quando os pescadores precisam lidar com o abandono e com o descaso das autoridades estatais para com a atividade.

Os atores que se antagonizam nesse conflito são basicamente os pescadores artesanais de linha de mão de Porto Inglês e os barcos de pesca industrial de outras ilhas do arquipélago, principalmente das ilhas de Santiago e São Nicolau, já que não há pesca industrial no Maio. Como relatam a grande maioria dos pescadores de Porto Inglês, a diminuição do peixe começa a se acentuar a partir do final da década de 1990 e de lá pra cá a situação se torna cada dia mais dramática. Duas frentes de exploração industrial, porém, são apontadas pelos pescadores artesanais como fundamentais para a diminuição do peixe: a incidência da pesca industrial nacional em áreas de proteção ambiental e em áreas de pesca tradicional, e os acordos internacionais de pesca entre Cabo Verde e países ricos com frotas industriais poderosas. Há, portanto, com o incremento da pesca industrial nacional, um movimento de migração para os pesqueiros do Maio que desestabilizam as relações tradicionalmente estabelecidas. Movimento que se dá, prioritariamente, porque os pescadores dizem que no Maio não há qualquer tipo de fiscalização por parte do governo que impeça a invasão de seus pesqueiros. Acusam, por isso, se levamos em conta as muitas reclamações que já foram feitas junto à autoridade marítima da ilha, o governo central de Praia de abuso, de descaso, de negligência e de falta de vontade política para resolver sua situação. Esse quadro agônico tem desencadeado confrontos nos pesqueiros. Os pescadores artesanais são ameaçados de terem seus barcos afundados, sua bóias de marcação são cortadas, faltam iscas para se pescar o atum, os peixes maiores fogem dos pesqueiros assustados com as redes e esta situação tem gerado uma sensação de insegurança sem precedentes históricos no contexto das pescas artesanais da ilha (SILVA, 2018, p.121-122).

Dadas as circunstâncias, e em um primeiro plano de análise, temos observado ao longo do percurso de nossas pesquisas que o efeito da abordagem etnográfica sobre este cenário disruptivo pode contribuir de maneira muito objetiva com a inserção de elementos novos que ajudem a superar as leituras institucionais de caráter político/ideológico conversador que compõem essas relações assimétricas de poder.

É muito comum ouvir em Cabo Verde que os pescadores são sujos, falastrões, trapaceiros, mas quando o conhecimento etnográfico ilumina as dinâmicas sociais constitutivas de um conhecimento local tão central para esta cultura, vemos um cenário muito distinto vir à tona.

Em diálogo com os pescadores, temos alcançado a produção de imagens objetivas e concretas do papel central exercido pela atividade artesanal pesqueira na mitigação de injustiças históricas perpetradas pelo regime colonial. Também passamos a perceber o quão as questões levantadas pelos pescadores são potencialmente importantes para o debate público sobre a busca por um horizonte político que não somente em sua dimensão retórica preconize o equilíbrio socioambiental dos ecossistemas marinhos das ilhas.

Juntamente com o trabalho de campo realizado nas comunidades pesqueiras que objetiva trabalhar a construção de um panorama sincrônico da organização social destes coletivos, na pesquisa de doutorado, João Paulo tem pesquisado a história do arquipélago para buscar (re)constituir algo da trajetória histórica de nossos interlocutores. O objetivo deste movimento é situá-los, de maneira mais adequada e sem o peso dos estereótipos tão comuns que lhes são atribuídos, no tempo e no espaço como atores ativos do processo de ocupação das ilhas.

A proposta aqui é, portanto, identificá-los como atores na história, como artifices de um saber ancestral sobre as águas e suas dinâmicas, mas também como atores políticos capazes de realizar uma leitura singular e instigante das dinâmicas de poder que constituem esta sociedade forjada sob o jugo do colonialismo, da escravidão e da barbárie (ANDRADE, 1996).

Onipresente no cotidiano de todas as ilhas, mas cronicamente ausente tanto da história oficial, como das esferas de poder, a comunidade artesanal pesqueira de Cabo Verde compõe uma rede sólida de uso tradicional e sustentável do espaço marítimo, apresenta importante penetração nos estratos periféricos da sociedade e resiste cotidianamente aos ímpetos de modernização de sua atividade.

Fazemos uma defesa de que o conhecimento etnográfico sobre as comunidades pesqueiras seja uma ferramenta crucial na produção de subsídios para uma compreensão mais adequada das consequências sociais do cenário de escassez estrutural do pescado instalado nos mares do arquipélago.

Não custa deixar claro que esta é uma leitura nossa e, portanto, muito particular do contexto em questão, mas também escolhemos tal estratégia de análise pela temática do poder aparecer no discurso que os pescadores formulam sobre sua atividade como a questão política mais urgente a ser debatida, analisada e pesquisada.

A compreensão de como a pesca artesanal se organiza, tarefa que se dá por meio do mapeamento de suas práticas e saberes, pode nos levar aos seus modelos de apropriação e de definição do seu território de atuação, o que, em última análise, pode

subsidiar de maneira privilegiada na formulação de novos modelos de compreensão das situações de conflito instauradas por práticas predatórias que avançam sobre os mares do arquipélago.

E este ponto é de extrema importância para nossas reflexões, pois é justamente nessa fronteira onde circulam representações de um suposto arcaísmo (primitivo/artesanal) das pescas locais, em face da representação de um suposto quadro de modernidade (civilizado/industrial) veiculado aos modelos industriais de captura que vamos extrair as bases teóricas que estão fundamentando a estrutura conceitual do presente trabalho.

Diante do sentimento de urgência que cenário tão agônico como este desperta, pensar nos pilares coloniais que sustentam nossa modernidade e o sentido de desenvolvimento a ela associada, carregado de eurocentrismo e economicismo, é pensar criticamente na situação social das principais vítimas do processo de engendramento da vida e da cultura humana nas entranhas egóicas do sistema capitalista e dos seus modos de apropriação predatória da natureza (APPADURAI, 2004; BALLESTRIN, 2013; MIGNOLO, 2005).

Quando começou a era do desenvolvimento? Em nosso *Dicionário do desenvolvimento*, identificamos o presidente estadunidense Harry S. Truman como o vilão da história. De fato, em 20 de janeiro de 1949, em seu discurso de posse, ele se referiu a mais da metade da população mundial como proveniente de “áreas subdesenvolvidas”. Foi a primeira vez que o termo “subdesenvolvimento”, que mais tarde se tornaria uma categoria-chave para justificar o poder nacional e internacional, foi pronunciado no alto de um palco político de destaque global. Este discurso inaugurou a era do desenvolvimento - um período da história mundial que se seguiu à era colonial e foi substituído quarenta anos depois pela era da globalização. Hoje, há claros indícios de que a globalização pode ser substituída por uma era do nacionalismo populista. (SACHS, 2021, p.18).

Diante disso, estamos junto daqueles e daquelas que estão pensando na urgência de produzir formas adequadas de engajar as agendas de pesquisa nos problemas reais das comunidades que nos formam como antropólogo/a pós-coloniais, decoloniais, contra coloniais. Esta é, a nosso ver, uma postura metodológica que se encontra com as discussões urgentes sobre a formulação de horizontes políticos mais justos que reflitam processos de governança mais horizontais e menos etnocêntricos do que aqueles que presenciamos em ação junto aos pescadores de Cabo Verde.

Debruçar sobre o passado recente das pescas, sem dúvida tem sido uma potente possibilidade de realizar uma leitura a contrapelo da história oficial do arquipélago, pois

a partir desse exercício os pescadores artesanais deslizam da posição de “marginais” da história, imagem plasmada no senso comum, para a figura de atores centrais na construção de complexos sistemas locais de apropriação sustentável dos mares das ilhas.

A pesca de linha de mão em botes boca aberta, tradição artesanal pesqueira mais difundida no arquipélago, é uma atividade costeira que explora uma relação ecológica muito conhecida localmente (CABO VERDE, 2019). Localizado na rota da migração de grandes peixes como o atum, os cabo-verdianos estão muito acostumados a terem esses peixes próximos das costas das ilhas que as procuram com o objetivo de se alimentarem dos cardumes de peixes menores que se utilizam dos paredões rochosos para se refugiarem de seus predadores. (SILVA, 2018).

Esse movimento cria as condições para a aproximação de um tipo de pescado que é capturado por meio da linha de mão em excursões de pesca que duram de 4 a 6 horas em embarcações que não passam de seis metros que todos os dias rumam em direção aos inúmeros pesqueiros que circulam as ilhas. Como temos observado em campo (SILVA, 2018), os rendimentos diários de um “simples” pescador de linha de mão podem facilmente ultrapassar o equivalente a 200 euros. A partir deste valor inicial, as peixeiras que em geral são parentes próximas dos pescadores, costumam dobrá-lo na revenda do pescado.

Com isso, as dezenas de comunidades de pesca artesanal do arquipélago movimentam o comércio local, produzem um importante colchão de amortecimento para o Estado e constroem autonomia em articulação com o universo camponês (SACHS, 2021).

Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tunídeos e demersais é a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, representando 63% da captura total da pesca artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal. Em 1999, a frota era constituída por 1.229 botes de boca aberta de 3 a 9 m de comprimento e motor fora de bordo (Direção Geral Pescas/ Instituto Nacional Das Pescas, 2004, p.43)

O baixo impacto ecológico de seus métodos contrasta com seu amplo alcance nas camadas populares, sendo a pesca artesanal uma das atividades mais relevantes para a garantia de segurança alimentar, de trabalho, de dignidade e de renda para amplas camadas desta sociedade.

Os planejadores oficiais de Cabo Verde, apesar de uma população expressiva de pequenos agricultores, não tiveram na agricultura sua aposta decisiva para o desenvolvimento. Segundo Reis (2000), apesar de Cabo Verde ser um país de agricultores e pescadores, a agricultura e a pesca, no final dos anos 1990, contribuía com aproximadamente

10% para o PIB. Partindo desse diagnóstico, as elites governantes, em seus planejamentos, passaram a assumir que a agricultura tradicional e a pesca artesanal não desempenhariam um papel decisivo no sistema produtivo, que passou a ser cada vez mais baseado em atividades secundárias e terciárias, muitas derivadas principalmente do capital internacional. Mais recentemente, a partir dos acordos de pesca internacionais e com os investimentos no agronegócio. (ANJOS, SANT'ANA JÚNIOR, BRUSTOLIN, 2016, p.21)

Ao trabalharmos pelo diálogo com os atores da pesca cabo-verdiana, acreditamos estar contribuindo não somente com a internacionalização de nossa Antropologia, como também para a construção de espaços que possam abrigar discussões sobre alternativas viáveis ao cenário cada vez mais dramático de escassez do pescado produzido pela apropriação predatória do oceano capitaneada, sobretudo, por barcos de pesca europeus que atuam na região desde o ano de 1991. (MUNDT, 2018; SILVA, 2018; FERREIRA, 2011; FRAZÃO PEREIRA, 2021).

Na incursão em campo, no âmbito desta pesquisa em que um dos autores desenvolve pesquisa de doutorado, foi possível a realização de mais uma imersão etnográfica, agora junto à comunidade da pesca artesanal da cidade de Tarrafal, ponto mais ao norte da ilha de Santiago, no período de dezembro de 2022 a julho de 2024.

Além da aproximação com pescadores, também foi possível acessar uma série de atores que lidam diretamente com a comunidade pesqueira, como o vereador responsável pela área das pescas e alguns outros funcionários da Câmara de Tarrafal que se dispuseram a contribuir com entrevistas e também com documentos relativos à gestão local das pescarias.

A partir do aprofundamento dessa experiência, será possível traçar um bom quadro comparativo da situação de Tarrafal, com o que vem ocorrendo na ilha do Maio, mas também há possibilidades de avançarmos para um campo de reflexão que busca situar a atividade artesanal pesqueira, primeiro em relação à história do arquipélago e depois em relação à vida política do país, mais especificamente de como se conforma a relação do Estado com estas comunidades e qual a medida da história para se melhor compreender esse contexto.

Juntamente com a pesquisa de campo, uma pesquisa documental para tentar situar a pesca artesanal na história da ocupação do arquipélago também se fez fundamental, com acesso a materiais no Arquivo Público Nacional, na Biblioteca Nacional e na biblioteca da Universidade de Cabo Verde. A pesquisa documental nestas instituições apontou para um quadro de institucionalização estruturada do tema da pesca na agenda colonial a partir

das primeiras décadas do século XIX, o que corresponde justamente ao período em que o Brasil se torna independente, obrigando Portugal a encontrar compensações por esta perda em seus territórios africanos (VALENTIM, 2004; LAINS, 1998).

Além do mais, Portugal precisou encontrar uma posição mais ativa em relação aos seus pares europeus que desenvolviam um interesse crescente pelo continente africano em um movimento que culminaria, em 1878, no tratado de Berlim (VALENTIM, 2004; LAINS, 1998).

Ocorre que esse movimento marca não só o aparecimento do interesse do governo colonial em explorar em grande escala o pescado no arquipélago, mas também uma tendência que pode ser observada até os dias atuais de lidar com a pesca artesanal criada pelas camadas populares das ilhas como uma atividade marcada pelo suposto primitivismo de suas técnicas e por uma suposta baixa capacidade de retorno econômico de suas práticas.

Do nosso ponto de vista, o mais importante é refletir sobre o quadro generalizado de negligência com a atividade da pesca artesanal que tem repercutido, de maneira consistente, para que os pescadores, suas práticas e saberes sejam lidos como uma espécie de oposição ao que o Estado cabo-verdiano nomeia de agenda da “economia azul”.

Cabe ainda destacar um outro eixo de análise que se pretende alargar no que diz respeito à análise de discursos e práticas de investimentos transnacionais, em espaços globais para expansão capitalista (ROBINSON, 2013), que envolvem acordos internacionais. Pelo levantamento que já vem sendo realizado em Cabo Verde (FRAZÃO PEREIRA, 2021) é importante ressaltar questões políticas e de institucionalização de Ministérios numa nova gestão governamental que se dá a partir de 2016, sobretudo a partir do escopo proposto aquando da criação do Ministério do Mar, através do Decreto-lei nº 59 de 29 de setembro de 2021, a saber:

Considerando apenas a dimensão e as características do seu território terrestre, Cabo Verde é um país com uma dimensão reduzida, mas, quando considerada a sua dimensão marítima, é um país gigantesco, representando o mar 99% do território nacional, com um enorme potencial económico, geoestratégico e geopolítico. Em 2018, revelou-se de extrema importância a decisão política de instalar o Ministério da Economia Marítima na Ilha de São Vicente. Medida arrojada que constituiu um importante marco na concretização da reforma do Estado, tendo como eixo central a aproximação dos serviços públicos às populações e a valorização das potencialidades específicas de cada uma das ilhas do país. Com a proclamação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável de 2021 a 2030, para cumprir os

compromissos da Agenda 2030, com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, e pela importância estratégica do nosso arquipélago na prestação de serviços no Atlântico Médio, o Programa do Governo da X Legislatura, reafirma a importância do Mar e o setor da Economia Marítima, como um dos pilares fundamentais para construir uma economia de circulação e uma transição gradual para a Economia Azul, garantindo a sustentabilidade económica e ambiental, assegurando a inclusão social e a redução das desigualdades e assimetrias, reforçando a soberania, valorizando a democracia e orientando a diplomacia para potenciar as oportunidades e enfrentar os desafios do desenvolvimento do país. Assim, o Ministério do Mar constitui um dos eixos estratégicos no desenvolvimento do país, não só pela importância do elemento da natureza que nos rodeia, mas também como potencial económico para um país arquipelágico como o nosso, com toda a imensidão dos seus espaços marítimos, que tem de ser devidamente valorizado e tratado como um designio nacional, buscando gerir, preservar e explorar os seus recursos, vivos e não vivos, de forma sustentável. (CABO VERDE, 2021).

Em pesquisas documentais, bem como em entrevistas com representantes institucionais (FRAZÃO PEREIRA, 2021), a pesca é vista como um setor que precisa ser desenvolvido, melhor planejado, racionalizado. O governo cabo-verdiano em seu Plano Executivo Bianual de Gestão dos Recursos da Pesca 2016-2017 passou a insistir no chamado “Crescimento Azul”, que colocou o objetivo de promover o aceleração da transformação do setor das pescas em um dos principais eixos da Agenda de Transformação de Cabo Verde e do desenvolvimento do *Cluster* do Mar. O Plano alinhava-se com o Programa do Governo, no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza. O programa Crescimento Azul foi lançado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2013, conforme o que se segue:

Trata-se de uma abordagem que fomenta a utilização eficaz dos recursos marinhos, minimizando a degradação do ambiente e a perda da biodiversidade e maximizando as vantagens económicas e sociais, como base para melhorar as condições de vida da comunidade.

O crescimento azul estimula ainda o desenvolvimento equilibrado das cadeias de valor, das actividades económicas ligadas ao mar, favorecendo a geração de rendimentos, a luta contra a pobreza, a segurança alimentar e nutricional e a prosperidade inclusiva. (informações obtidas no link <https://africa21digital.com/2017/07/19/fao-confirma-apoio-ao-desenvolvimento-da-economia-azul-em-cabo-verde/>).

Ao lado do “crescimento azul” ganha espaço a “economia azul” que está sendo propalada em todo o mundo. Em julho de 2017, o então Ministro cabo-verdiano da Economia e do Emprego, durante um encontro do setor na cidade de Mindelo – Ilha de São Vicente, defendeu que a dinâmica da “economia azul” vai ao encontro do objetivo

do Governo para a organização do setor que se quer “com “maior eficiência e eficácia” e com “menos burocracia e custos de operação”.

Em relação ao documento Estratégia Nacional para Mar. lançado em Boletim Oficial (B.O) da República de Cabo Verde em abril de 2024, para o período de 10 anos (ENM 2023-2033), tem-se uma tentativa de juntar uma visão e um conjunto de ações em Cabo Verde voltadas para o atendimento de agendas internacionais, que

incorpora uma visão estratégica para setor desenvolvimento da economia baseada no mar, uma abordagem holística ambiciosa e sustentável alinhada com os principais instrumentos da política de desenvolvimento de Cabo Verde e, ancorado no conhecimento científico, com o desígnio de proteger o mar e os seus recursos, promover e potenciar a sua utilização económica sustentável em todas as vertentes da Economia Azul. (CABO VERDE, Boletim Oficial, 2024, p. 924).

Outro destaque que trazemos à baila diz respeito à criação de uma Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV), em fevereiro de 2020, pela Assembleia Nacional de Cabo Verde, em que aprovou na generalidade uma proposta que cria a ZEEMSV como uma plataforma marítima e logística como uma Economia Circular no Atlântico Médio⁹, através de investimentos de capital estratégicos em conectividade com a “economia azul”, o desenvolvimento do turismo e negócios, indústria e serviços financeiros, a médio e longo prazo. O Planeamento da ZEEMSV visa definir objetivos de desenvolvimento até o ano de 2035, através da criação de uma cadeia de indústrias e serviços ligados ao mar. Dos documentos e matérias analisadas, até o momento, sobre pescadores artesanais há um vazio de informações. A tônica tem sido na categoria do desenvolvimento pelo mar na lógica empresarial, e com serviços agregados, que sejam competitivos no mercado mundial. A criação da ZEEMSV é enfatizada por sua “localização estratégica”, tendo em vista a abertura marítima de Cabo Verde para quatro continentes e por sua “estabilidade política e econômica” frente a outros países africanos¹⁰ (expressões rotineiramente utilizadas por representantes do governo).

As questões aqui expostas, e que deverão ser melhor analisadas na pesquisa proposta, lançam um olhar para se pensar sobre o direito do mar e da pesca na contemporaneidade, que tem avançado no sentido de discutir a extensão do domínio do

⁹ Inserir Cabo Verde no Atlântico Médio e optar por essa nomenclatura é, ao nosso ver, uma estratégia empresarial-estatal discursiva não só para marcar uma delimitação geográfica no oceano Atlântico, mas também para remeter a um *status* progressista de um país em desenvolvimento.

¹⁰ Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-05/09/c_138046108.htm

mar dos Estados costeiros, colocando em evidência também debates sobre governança dos oceanos. Em relação ao estudo concernente à legislação sobre o território marinho e temáticas correlatas, é importante ressaltar que a principal referência jurídica é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a Convenção de Montego Bay de 1982, que confere direitos e deveres aos Estados costeiros, regimes de acesso, condições de preservação, envolvendo as definições de mar territorial, zona contígua, Zona Econômica Exclusiva (ZEE), entre outros aspectos da jurisdição. Dentre os países signatários da CNUDM, estão Brasil e Cabo Verde, e há de se destacar que desmembramentos diferentes na legislação decorrem dos processos socio-político-econômicos distintos envolvendo cada um deles. A Convenção, nesse contexto, torna-se um instrumento essencial para salvaguardar e proteger essas relações, no entanto com limitações em relação ao judiciário com morosidade e falta de preparação técnica. E no que concerne à pesca, sobretudo em alto mar, nos países do Sul¹¹ “ao se ter um governo com políticas mais desenvolvimentistas, maior será a invisibilização das questões tradicionais”. (MENDES; FRAZÃO PEREIRA, 2016, p.20).

Conforme indica Nascimento (2004), no contexto sociopolítico cabo-verdiano, as aplicações dos princípios do Direito do Mar têm uma difícil aplicabilidade, uma vez que há grande desigualdade entre os países, principalmente na relação desse país com os países europeus. Nesse contexto, a mecanização da pesca industrial nacional, os acordos de pesca industrial entre Cabo Verde e a União Europeia, bem como o avanço da atividade do turismo em direção aos territórios pesqueiros reforçam nossa impressão inicial de um quadro instalado de conflito socioambiental onde os pescadores artesanais exigem serem ouvidos como os atores qualificados que são no trato com o espaço marítimo.

Lançando-se a uma perspectiva desenvolvimentista, mas com insuficientes recursos financeiros, o governo cabo-verdiano tem sido levado a recorrer a apoios da cooperação internacional e tem celebrado acordos de pesca, como o que está em vigor com a União Europeia (UE), que pouco contribui de fato com uma contrapartida financeira. Fazendo um levantamento recente dos últimos acordos de pesca, podemos citar de forma breve os que foram celebrados nos anos de 2015 a 2024.

¹¹ Cabo Verde aqui inserido no contexto econômico-político do Sul Global, cuja concepção é a que nos coadunamos no presente trabalho, e que, por consequência, tratamos por considerar o arquipélago no Sul Atlântico, não em termos geográficos, mas como pertencente ao conjunto de países não classificados como de “Primeiro Mundo” ou “Desenvolvidos”.

No dia 09 de setembro de 2015 o Parlamento Europeu aprovou protocolos de pesca com Cabo Verde, com validade de quatro anos, permitindo que 71 navios de Espanha, França e Portugal explorassem a pesca de atum e outras espécies afins no território marinho cabo-verdiano. Enquanto os pescadores artesanais em seus pequenos botes não podem ultrapassar 3 (três) milhas da costa, por medidas de segurança impostas pela regulamentação da pesca artesanal, as embarcações industriais, grandes atuneiros¹², que deveriam ficar 12 (doze) milhas afastadas da costa (cf. regulamentação atual in CABO Verde, 2016), têm avançado cada vez mais, segundo relatos dos pescadores artesanais, e causado grande impacto negativo na pesca artesanal, e, conseqüentemente, tensões decorrentes da relação desigual no setor da pesca.

O referido acordo de pesca colocou uma contrapartida altamente questionável para os países da UE que ficaram encarregados de pagar a Cabo Verde uma contribuição financeira de 550.000 euros por ano nos dois primeiros anos de aplicação do protocolo e de 500.000 euros por ano nos últimos dois anos, o que é extremamente irrisório dado às toneladas rentáveis que cada embarcação desse porte industrial é capaz de angariar em uma única pescaria. Dessa quantia e segundo acordado, metade dessa contribuição anual seria reservada para promover uma gestão sustentável das pescas em Cabo Verde, incluindo o reforço das capacidades em matéria de controle e vigilância, e apoiar as comunidades piscatórias locais.

Em 12 de outubro de 2018 um novo protocolo de pesca foi firmado e com uma duração de cinco anos, um ano a mais que o anterior, concedendo à frota atuneira da UE licenças a serem distribuídas por Portugal, Espanha e França, com uma contrapartida prevista de 750 mil euros, considerada de pouca expressividade financeira para Cabo Verde¹³.

Embora recorrentemente os protocolos continuam a apresentar desigualdade na mesa de negociação, estes não deixam de ser celebrados. O protocolo que se encontra em curso, no período de 2019 a 2024, permite a 69 embarcações (28 navios atuneiros

¹² A industrialização da pesca do atum começa a partir dos anos 1940, principalmente em resposta ao aumento da demanda do pescado em conserva. “Ce n’est qu’à partir des années 1940 que la pêche au thon commence son industrialisation, principalement en réponse à l’augmentation de la demande de thons en conserve. Pendant un certain temps, la pêche traditionnelle continue aux côtés des navires commerciaux. Les pays envoient leurs bateaux de plus en plus loin et étendent leurs zones de pêche dans presque tous les océans”. (FAO, 2002, p.5)

¹³ Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/05/eurodeputada-aprova-acordo-de-pescas-uecabo-verde-mas-defende-montante-maior/66936>).

cercadores congeladores, 14 navios atuneiros com canas e 27 navios palangreiros de superfície) da Espanha, França e Portugal pescarem até 8000 toneladas de atum por ano, em troca de uma compensação anual de 750.000€ a Cabo Verde, dos quais 46,6% (350.000€) devem ser destinados ao fortalecimento das infraestruturas para a gestão das pescas locais, financiamento de investigação científica no setor e aprimoramento dos mecanismos de fiscalização da pesca (Parlamento Europeu, 2020 *apud* SEMEDO, 2024).

Conforme já pontuado em registro e reflexões anteriores, a partir da pesquisa de campo iniciada em 2015 por Madian Frazão Pereira foi perceptível identificar como o Acordo de Pesca é um constrangimento e que tem sido eficaz até o momento para manter a dependência de Cabo Verde frente à ajuda de projetos vários da UE àquele país. “O setor de pesca acaba financiando muitas outras ações em Cabo Verde, e a aceitação do Acordo revela a dependência que o país tem de apoio das comunidades internacionais”, em que, conforme destaca Olivier de Sardan (1995), é possível se perceber como a configuração desenvolvimentista projetada sobre “países do Sul” se apresenta como um mercado e uma arena. Um mercado onde circulam bens, serviços, carreiras, vendem-se projetos, slogans e onde a ajuda humanitária tornou-se, também ela, um mercado, em que ONGs se rivalizam. E como arena, diversos atores sociais se confrontam objetivando alguma chance de poder, influência, prestígio, controle social. (FRAZÃO PEREIRA, 2021, p. 94).

Nesse sentido, na amplitude macro e micro que se interpelam, acionamos a categoria de “conflito socioambiental”, como um campo de disputas, ao identificar a questão da atividade pesqueira em Cabo Verde, sobretudo pelas causas apontadas pelos pescadores artesanais quanto à diminuição do volume de pescado, atrelada à sobrecarga da pesca industrial nacional e estrangeira avançando na costa do arquipélago. Conforme Silva (2023, p.12):

... um campo de disputas que pode ser caracterizado por “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p.91). Portanto, o conflito socioambiental analisado aqui, opõe esta atividade artesanal de pesca – caracterizada, dentre outros aspectos, pela presença de mestres de pesca nos botes, por um saber local transmitido através das sucessivas gerações de pescadores, por uma intensa participação das mulheres no mercado da pesca e por um método de pesca sustentável que garante a reprodução social do grupo no tempo (SILVA, 2018) – aos métodos mecanizados de captura industrial que, de modo geral, estão voltados prioritariamente para “a produção de mercadorias” (MALDONADO, 1986, p.17) (SILVA, 2023).

O material etnográfico levantado na ilha do Maio em 2017, com os dados coletados em Tarrafal e na cidade da Praia (2022 a 2024), somados a um tempo maior junto aos pescadores, junto às Universidades e locais e junto às instituições estatais ligadas à pesca têm apontado para a consolidação de um panorama mais consistente sobre o contexto etnográfico em questão. Além do mais, estas articulações viabilizarão a tarefa de pensar de maneira estruturada os territórios pesqueiros como espaços de liberdade e de resistência em relação a agendas exógenas de desenvolvimento que não raro retornam ao país a privatização dos espaços públicos, a precarização do trabalho e o empobrecimento das camadas populares do arquipélago.

Voltar a Cabo Verde e permanecer no arquipélago por um tempo maior, tornou-se ao longo deste percurso de trabalho tarefa essencial para o bom andamento das nossas pesquisas que estão em constante diálogo. Temos o entendimento e expectativa de que as parcerias com a Universidade, a ampliação dos interlocutores de pesquisa e com demais atores sociais envolvidos com a atividade pesqueira ampliarão um quadro de reflexão mais consistente sobre um tema historicamente negligenciado e de importância estratégica para o arquipélago.

Outro ponto relevante a se destacar como resultado parcial deste trabalho é a mobilização do referencial teórico da Antropologia brasileira sobre conflitos socioambientais e sobre a atividade artesanal pesqueira como ferramentas cruciais para pensar um contexto sociocultural com afinidades históricas importantíssimas com o processo de formação da sociedade brasileira (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010; MALDONADO, 1993; 1986).

Por meio destas aproximações, em que se intenta apreciar especificidades em Brasil e Cabo Verde, em que se valida a qualidade da produção científica brasileira em nossa área de concentração, de uma antropologia da pesca, avançamos em aproximações etnográficas num cenário geopolítico de países do Sul Global que teoricamente ilumina os aspectos coloniais da modernidade e em um contexto de crise permanente do clima que impacta desigualmente as diferentes latitudes do planeta.

Cabe o alerta feito por Diegues (2008, p. 5) sobre questões acima sinalizadas:

Um tema relevante e relacionado com a expansão capitalista neoliberal é o dos “bens comuns”, como o ar, o mar, que são cada vez mais apropriados por interesse privados. A ameaça a esses bens comuns, com a destruição da biodiversidade, a redução da camada de ozônio, o efeito estufa e as consequências catastróficas da elevação do nível do mar passaram a ser preocupação dos governos e entidades científicas,

levando à realização de acordos internacionais e ao estabelecimento de ambiciosos projetos de pesquisa científica. A quase totalidade das equipes e centros de pesquisa que estudam as mudanças globais, conseguindo atrair cada vez mais recursos financeiros está localizada nos países do Norte.

Ademais, temos a compreensão de que desvendar os caminhos encobertos pelas estratégias da oficialidade se constitui em uma postura metodológica no interior da etnografia que contribui com a teoria crítica sobre a formação do estado-nação e sobre seu papel ativo nos mecanismos de manutenção de desigualdades historicamente formuladas. Também nos parece mais uma oportunidade de colocarmos à prova, a partir de bases empíricas, a retórica do desenvolvimentismo frente a atores sociais cujas práticas e saberes podem ser compreendidos como aliados de primeira ordem na construção de um ambiente de justiça socioambiental capaz de refutar o “Terceiro Mundo” como lócus de atraso, de pobreza e de subdesenvolvimento. (ESCOBAR, 2007).

Nesse sentido e no âmbito da pesquisa etnográfica, torna-se fundamental ampliar a base de conhecimento empírico sobre a organização social da pesca artesanal, como também buscar ampliar as fontes de material histórico sobre a participação dos pescadores artesanais nas estratégias de ocupação permanente das ilhas.

No processo de produção de visibilização dos resultados deste trabalho, buscamos ampliar a rede de interlocutores envolvidos com a atividade pesqueira, visando ampliar o espaço público de debate sobre o tema da pesca e sobre a importância de se considerar os pescadores artesanais nas políticas públicas voltadas para o setor.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (169), 2004.

ANDRADE, Elisa Silva. **As ilhas de Cabo Verde: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975)**, Paris, L'Harmattan, 1996.

ACHESON, James M.. Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto/USA, **Annual Review of Anthropology**, 1980, v. 10, p. 275-316.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; BRUSTOLIN, Cíndia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 13-29, 2016.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias**. trad. Telma Costa. Editora Teorema, Lisboa 2004, p.267

- BALLESTRIN, Luciana. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, , pp. 89-117. maio - agosto de 2013.
- CABO VERDE. Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. In: **Segundo Plano de Acção Cacional para o Ambiente: 2004-2014**. v. 6. Praia, 2004.
- CABO VERDE. **Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2019-2023**. Ministério da Economia Marinha. Direção Geral dos Recursos Marinhos. Mindelo, 2019.
- CABO VERDE. **Decreto-lei nº 59/2021 de 29 de setembro**. 2380 I Série — no 93 «B.O.» da República de Cabo Verde.
- CABO VERDE. Conselho de Ministros. Estratégia Nacional para MAR (ENM 2023-2033). B.O. da República de Cabo Verde, n.37, 26/04/2024.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O papel das grandes ongs transnacionais e da ciência na conservação da natureza**. São Paulo/USP, 2008. Disponível em <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/papelongs.pdf>
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro e la rana, 2007.
- FERREIRA, Patrícia Magalhães. **Cabo Verde Pescas e Migrações - A outra face da moeda: O impacto de políticas da União Europeia em Cabo Verde**. trad. Tiago Tavares. Lisboa, Lidergraf, 2011.
- FRAZÃO PEREIRA. Madian de Jesus Frazão. Mobilização de pescadores em defesa de territórios marinhos e antropolítica do mar: experiências em Cabo Verde e Brasil. In: **Diálogos do Sul Atlântico: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil**. Org. Samarone Carvalho Marinho, Madian de Jesus Frazão Pereira, Maria de Lourdes Silva Gonçalves. - 1 ed. Editora 7Letras, Rio de Janeiro, 2021.
- GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer “realidade”: Resposta a Viveiros de Castro. **PraxisComunal**. V. 2, n.1, Belo Horizonte, 2019.
- LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Análise Social**, vol. XXXIII, 1998.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MATOS, Pedro Andrade; SILVA, João Paulo Araújo; . Desenvolvimento para quem? Reflexões acerca do processo de invisibilização social dos atores da pesca artesanal em Cabo Verde. In: Pedro Andrade Matos; Sébastien Kiwonghi Bizawu; Thiago Loures Machado Moura Monteiro. (Org.). **Dialogando com os Direitos das Minorias na Era da Democracia Participativa**. ed.Curitiba: Instituto Memória, 2020, v. 1, p. 275-297.
- MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos 2005.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, v.10, n.19, jan/jun. 2013, p.119-148

MONTEIRO, Eurídice; SILVA, João Paulo Araújo. Em busca de outros saberes: interculturalidade, intercâmbio e intertextualidade entre Brasil e Cabo Verde. **Revista de Estudos Cabo-verdianos**, v. 1, p. 113-126, 2016.

MUNDT, Matthias. The Effects of EU Fisheries Partnership Agreements on Fish Stocks and Fishermen: The Case of Cape Verde. Berlin, **Working Paper**, nº 12, 2012. Disponível em 137 <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/59310/1/718106679.pdf>. Acessado em 05 de fev. 2018.

OLIVIER de SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement**: essai em socio-anthropologie du changement social. Ed. KARTHALA, 1995.

SACHS, Wolfgang. O Dicionário do desenvolvimento revisado. In: **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. Ashish Kothari [et al]; tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História concisa de Cabo Verde**. Resumo da história geral de Cabo Verde: Volume I - 1991, Volume II – 1995, Volume III – 2002. Lisboa/Praia: IICT/IIPC, 2007.

SEMEDO, Emanuel de Jesus Correia. Desafios de acordos de parceria entre União Europeia e Cabo Verde no domínio da pesca sustentável. In: **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.9, n.17, 2024.

SILVA, João Paulo Araújo. **Pesca artesanal em conflito: a comunidade artesanal pesqueira da ilha do Maio, Cabo Verde, e sua mobilização contra o estratagema do progresso**. 1. ed. São Paulo: DIALÉTICA, v. 1, 2022. 140p.

SILVA, João Paulo Araújo. Homens e mulheres de “riba mar”: a pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica – MT. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SILVA, João Paulo Araújo. O caso da pesca artesanal da Ilha do Maio, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica: um ensaio sobre o contexto de crise do pescado e seus desdobramentos no cotidiano da pesca. **Socioantropologia de povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas** [recurso eletrônico] / Organizadores: Flávio Bezerra Barros, Francisca de Souza Miller, Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Belém: INEAF, 2023.

WIRTH. Louis. The problem of Minority Groups. In: **The science of man in the world crisis**. Columbia University Press, New York, 1945.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. A. Zhouri, & K. Laschefski. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG. ANEXOS, 2010.